



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A CULTURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHER NO MUNDO PATRIARCA

THE CULTURALIZATION OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE PATRIARCHAL WORLD

Débora Carmo dos Santos¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

O texto aborda a condição da mulher na sociedade patriarcal, evidenciando a violência de gênero como uma consequência histórica e cultural. O problema investigado é a perpetuação da marginalização feminina desde contextos religiosos e coloniais até a contemporaneidade, onde as mulheres são frequentemente vistas como inferiores e submetidas a diversas formas de violência. O objetivo é analisar essa realidade sob a lógica patriarcal, destacando a necessidade de garantir direitos básicos e segurança às mulheres. A metodologia inclui uma revisão teórica baseada em autores como Lugones (2014), Hooks (2018), Davis (2016), Akotirene (2019), e González (2020), que discutem interseccionalidade e a colonialidade do poder. Os principais resultados indicam que o patriarcado doutrinou a sociedade a acreditar na inferioridade das mulheres, especialmente as negras e indígenas, perpetuando violências sexuais e físicas. A análise revela como essas práticas culturais continuam a impactar a vida das mulheres hoje, despertando questões sobre a transformação das relações sociais, econômicas e culturais. A discussão também abrange o papel do feminismo na luta pela igualdade de gênero e a importância de reconhecer a diversidade das experiências femininas.

Palavras-chave: Patriarcado. Violência de gênero. Feminismo.

ABSTRACT

The text addresses the condition of women in patriarchal society, highlighting gender violence as a historical and cultural consequence. The investigated problem is the perpetuation of female marginalization from religious and colonial contexts to the present day, where women are often seen as inferior and subjected to various forms of violence. The objective is to analyze this reality under patriarchal logic, emphasizing the need to ensure basic rights and security for women. The methodology includes a theoretical review based on authors such as Lugones (2014), Hooks (2018), Davis (2016), Akotirene (2019), and González (2020), who discuss intersectionality and the coloniality of power. The main results indicate that patriarchy has indoctrinated society to believe in the inferiority of women, especially Black and Indigenous

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos (PPGCULT) Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: carmo.debora@ufms.br

² Doutora em Educação. Pós Doutorado em Neurociência. Pós Doutorado em Educação. Professora do Curso de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. E-mail: janete.fonseca@ufms.br



women, perpetuating sexual and physical violence. The analysis reveals how these cultural practices continue to impact women's lives today, raising questions about the transformation of social, economic, and cultural relationships. The discussion also covers the role of feminism in the struggle for gender equality and the importance of recognizing the diversity of women's experiences.

Keywords: Patriarchy. Gender violence. Feminism.

1. INTRODUÇÃO

Ser mulher no mundo não tem sido tarefa fácil, nascer mulher em muitas sociedades, por vezes é um fardo que a alma carrega consigo, sofrimentos desde o ventre em seu processo de formação, afinal, a mulher é a responsável pela maior tragédia que a humanidade conhece, foi a mulher a grande acusada pelo caos da criação do homem até culminar na expulsão do paraíso.

Nesse contexto, perpetuado a partir de sua criação e contextualização de formação cristã, a mulher vem sendo historicamente apontada como ser abjeto, necessária somente em situações extrema e substituível sempre.

Diante das muitas dificuldades enfrentadas pela mulher, existem as mais variadas formas de violências, essas violências em sua grande maioria, são provocadas contra as mulheres pelo simples fato do poder de força e ódio contra o sexo feminino. O patriarcado é corresponsável pelo processo de incitação de ódio para gerações inteiras que perpetuam que mulheres são corpos sem pertencimento e valores.

As mulheres cujos direitos, acessos e possibilidades vêm ao longo da história sendo negado ou impossibilitado, considerando a formação social, o desenvolvimento global, a geração de trabalho, emprego e renda, as violências em todas suas expressões é um dos maiores percalços.

Dessa forma, faz-se necessário analisar o cenário pela lógica patriarcal, que fazem com que as violências sejam culturalmente praticadas contra as mulheres de forma tão banalizada, é preciso garantir direitos básicos, como segurança, acolhidas e transformação de gerações futuras que possibilite a mudança do contexto social, como também as relações sociais, econômicas e culturais.

2. O PODER SOBRE O CORPO FEMININO

O impacto histórico da violência sexual contra mulheres provoca o pensamento sobre a responsabilidade do patriarcado no enredo de poder e doutrinação do sexo feminino, com



foco na consolidação dos direitos, na efetivação das políticas públicas, e no processo histórico de que a mulher foi marginalizada ao longo dos tempos até culminar na sociedade contemporânea, mulheres violentadas por questões de cor, por posicionamento religiosos, por serem mulheres.

A esse respeito, Lugones (2020, p. 52) discorre:

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. Principalmente, já que é importante para nossas lutas, quero falar de uma indiferença vinda dos homens que foram e continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, homens que são inferiorizados pelo capitalismo global.

O patriarcado impôs na realidade das mulheres o pertencimento de seus corpos que permitiram no decorrer de seus processos históricos, tornar vítimas enraizadas de um ciclo vicioso de doutrinação e dependência que permite que a mulher seja marginalizada e ao mesmo tempo culpabilizada pelas violências sofridas. As violências, os abusos e as explorações contra mulheres se apresentam, na sociedade contemporânea, como uma das piores formas de desrespeito de seres humanos em condições de inferioridades. O grau de complexidade da violência em suas formas de manifestação atinge os mais altos índices dentro do contexto histórico social e cultural.

A mulher tem que lutar cotidianamente contra o patriarcado imposto em sua formação, identificados como culturais e alicerçados como opressor, e que confrontam e as vitimizam colocando-as em lugar de inferioridade.

O patriarcado estigmatizou o movimento de mulheres, o feminismo, popularizando-o como movimento de ódio contra o homem, objetivando enfraquecer a luta de mulheres que ansiavam por direitos, lutas de mulheres negras, pobres e das indígenas que foram historicamente excluídas, marginalizadas e violentadas.

Bell Hooks (2018) enfatiza que o patriarcado doutrinou as pessoas a acreditarem que as mulheres que lutam por direitos iguais na sociedade, querem usurpar os lugares dos homens, locais esses ocupados ao longo dos tempos através de forças e violências.

[...] Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti-homem. A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal. O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem [...] Bell Hooks (2018, p. 17)

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ



As mulheres se posicionando e se colocando em locais e arranjos historicamente masculinizados e a conquista de espaço que o patriarcado ainda não está preparado para descrever, fez eclodir violências que os números retratam e expressam como ódio pela mulher se banalizou. Esse movimento que se consolidou pelo mundo, inseriu mulheres em posições e colocações de poder, o movimento denominado de feminismo, destruiu barreiras e situações de preconceitos e marginalização da mulher.

O feminismo que se espalhou pelo mundo se consolidando pelo rompimento de paradigmas, por visibilidades sexuais, por condições e equivalências no mundo do trabalho, contudo, esqueceu em sua trajetória de uma minoria, que a saber não é pequena, seja em representatividade, nem em dados quantitativos.

Nesse processo colonizador, as mulheres indígenas sofreram com as diferenças comportamentais, tratadas como selvagens, foram obrigadas a cobrir seus corpos, foram impostas a catequisar sua fé, e a escravidão tiraram suas liberdades e acesso livre ao contato com a natureza, foram sexualizadas.

O patriarcado determinou às mulheres a subordinação em condições de inferioridade impondo-as a obediência e a procriação. A função doméstica de esposa e mãe chegou a ser privilégio, uma vez que apenas as mulheres brancas tinham essa condição. Às mulheres negras o trabalho era exercido em igualdade com os homens, mesmo grávidas, as escravas não deixavam de exercer suas funções. Igualmente as indígenas exerciam suas atividades laborativas com seus maridos, a agricultura e pesca em algumas etnias, são funções femininas.

Essa relação de poder sobre os corpos femininos fez o patriarcado, conduzir através da força, a identidade sexual feminina. A condução de como a mulher ia se comportar, ser aceita e idealizada era dominação e determinação masculina, historicamente os corpos femininos foram estigmatizados como pertencentes aos homens, no modo patriarcal, o homem do gênero masculino e heterossexual.

Thompson (1998) retrata esse patriarcado e seus arranjos em que o homem insatisfeito e prezando pelo seu bem-estar moral e felicidade plena, vendia suas esposas em praças, mercados ou feiras, aqueles corpos de mulheres já marcados pelo doutrinamento masculino, passa a ser exposto e com valor de mercado.

Um velho e brincalhão negociante de porcos exclamou: “Olá, meu velho. O que se passa? O que vais fazer com a velha, afogá-la, enforcá-la, ou o quê?”. “Não, vou vendê-la”, foi a resposta. Houve um coro de risos. “Quem é ela?”, perguntou o negociante de porcos. “É a minha esposa”, respondeu o lavrador, sobriamente, “e uma das criaturas mais ordeiras, sérias, diligentes e trabalhadoras que já surgiu. É tão limpa e arrumada como uma flor, e é mão-fechada, faz qualquer coisa para poupar seis pence; mas tem uma língua e tanto, fica me incomodando da manhã até a meia-noite. Não tenho um momento de paz por causa da sua língua, por isso concordamos em nos



separar, e ela concordou em partir com aquele que fizesse a oferta mais alta no mercado [...] (Thompson, 1998, p 318).

O autor enfatiza que a venda de esposas justificou o divórcio como é conhecido hoje, pois essa prática de vendas fora exercida devido ao colapso dos casamentos, assim era possível justificar as separações provocadas por longas ausências, distanciamentos e crises de convivências, contudo, evidencia-se o a conduta patriarcalizada de marcar a mulher afirmando que os homens é que detinham o poder sobre os corpos femininos.

O posicionamento masculino de imposição de poder sobre o corpo feminino exaltando suas qualidades domésticas ainda perpetua na sociedade contemporânea, sabe-se que historicamente não se registrou esse tipo de conduta contra as mulheres, porém quantas de nós mulheres não somos feitas de mercadorias com seus preços todos os dias?

Lugones (2020) traz para reflexão o patriarcado branco e da heteronormatividade e como homem doutrinou o próprio homem na colonialidade do poder, a autora infere sobre o poder do homem branco e a imposição da discriminação racializada da mulher.

Discorre a autora sobre o patriarcado que retirou das mulheres o direito sobre seus corpos, mulheres de cor, subalternizadas e subordinadas e destituídas de poder.

Na visão patriarcal a mulher branca frágil e submissa precisava ser cuidada e zelada, a mulher de cor trabalhava e exercia suas funções em mesma condição que os homens, não tinham direito sobre seus corpos, sobre seus filhos, não detiam o direito de ter suas famílias.

Sofriam violências iguais aos homens, seus corpos levavam chicotas na mesma proporção e trabalhavam a exaustão e para impor o poder o homem abusava sexualmente, era a forma de infligir autoritarismo.

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário, foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho (Lugones, 2020, p. 317)

Davis (2016) discorre que as mulheres, as negras em especial, trabalhavam igual aos homens, eram desprovidas de gênero, tinham uma fortaleza em seus corpos, eram fêmeas. A escravidão imposta pelo colonialismo, expôs a mulher negra, elas eram detentoras de potencial e poder, contudo, seus corpos eram pertencentes aos seus proprietários.

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um



reexame da história das mulheres negras durante a escravidão (Davis, 2016, p: 27)

Akotirene (2019) discorre sobre o feminismo e o movimento de luta de mulheres negras, as que foram esquecidas pelo movimento eurocêntrico, o enfrentamento ao posicionamento patriarcal, a heteronormatividade e ao capitalismo. A autora enfatiza que:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2019, p. 16)

O feminismo eurocentrado excluiu concomitantemente um grupo de mulheres marginalizadas desde o princípio da humanidade e, dessa forma, potencializando a desigualdade entre as mulheres, envaidecendo o patriarcado e oprimindo as menos favorecidas.

Culturalmente, os homens utilizaram as mulheres como objeto sexual, usurpavam seus corpos e as silenciavam violentamente, essa violência protegida pelo Estado e sociedade banalizou a mulher subalterna, a negra, a indígena, a mulher transexual, àquelas fragilizadas pela sua condição social, foram e ainda são as mais atingidas.

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra. (González, 2020, p. 52)

Lélia González (2020) afirma que na América Latina, as mulheres foram oprimidas e reconhecem essa opressão pela exploração de classe e discriminação racial que formaram elementos necessários aos movimentos intrínsecos as lutas de resistências pelas conquistas de territórios, de saberes e de solidariedade.

Os europeus centrados na teorização de superioridade e poder, impõem relações de dominação aos grupos de minorias, os povos tradicionais e suas diversidades étnicas e grupos africanos e seus quilombos foram subordinados às suas condições e dessa forma, constroem-se as narrativas que as minorias viviam selvagememente e não civilizados, portanto, havia uma necessidade de salvamento desrespeitando toda uma cultura e crença distintas a eles.



As violências nos territórios foram marcando as passagens do tempo e mesmo na sociedade contemporânea, essas violências continuam predominantemente e os territórios marcados por pobreza, escassez e marginalização, são os mais atingidos por dados e números que mensuram os fatores de violências, principalmente as sexuais contra mulheres.

Discorre-se que a mulher e o feminismo latino-americano ou brasileiro está enraizada na herança colonial escravista, raízes essas marcadas pela opressão do capital e patriarcado, um modelo de ser e viver europeu imposto como o correto e todo e qualquer ideal diverso desse imaginário deverá ser combatido. A mulher nas senzalas ou casas grandes das fazendas viviam em suas rotinas as violências sexuais como formas de condições de sobrevivência.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (Lugones, 2014, p.936)

Por fim, María Lugones (2020), faz uma análise à resistência à colonialidade de gênero, um movimento de luta e emancipação de mulheres não brancas em busca da descolonização, visando uma análise crítica a opressão de gênero e racialização.

Partindo desse pressuposto, é preciso entender que o colonialismo exerceu fortes influências comerciais, políticas e de domínio de um povoado/grupo, nações inteiras foram submetidas às condições de subalternidade e obediência. A dominação de territórios, fez com pessoas fossem estigmatizadas por sua função social, por sua cor de pele e por sua condição econômica.

Hollanda (2020) aponta em seus estudos vertentes que direcionam o movimento de exclusão que um grupo de mulheres foram sendo impostas, esquecidas em suas lutas e histórias de vidas, a autora dialoga com o passado colonial e a descolonização atual, objetivando evidenciar o feminismo contemporâneo e as mulheres esquecidas por este movimento.

O ponto de vista estratégico dos ativismos unifica o pessoal e o coletivo, parte do local e se veem mais como sujeitos sociais do que como sujeitos políticos. Muitas vezes manifestam-se por direitos de seus corpos exigindo serviços, igualdade social, direitos humanos. Saem do universal abstrato para o universal concreto. Essa é também a linguagem política da chamada quarta onda do feminismo. A marca mais forte deste momento é a potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala. Nesse quadro, o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes. (Hollanda, 2020, p. 12).



Empiricamente, as mulheres tornam-se mais vulneráveis a questão social da violência sexual, uma vez que culturalmente, após o período colonial, elas perderam o domínio sobre seus corpos, afinal, é cultural e histórico violentar mulheres. Para Lima (2005, p. 137)

Conhecer e se reconhecer numa perspectiva de gênero para prevenir o abuso e violência sexual é, antes de tudo, estudar a forma como fomos socializados, como agimos e nos comportamos diante dos papéis de homens e mulheres. As culturas de cada região, de cada sociedade e de cada família criam, muitas vezes, modelos estereotipados que fazem com homens sejam agressivos e competitivos entre si, que desrespeitem das mais diversas formas, mulheres adultas, adolescentes ou meninas, inclusive sexualmente.

A questão social violência sexual está em todas as cidades do Brasil, e quanto maior a vulnerabilidade, mais as mulheres ficam expostas às agressões. Os arranjos familiares em que a pobreza condiciona as famílias, colocam-nas em constante situação de perigo, as relações intrafamiliares e interpessoais são determinadas pelas dinâmicas das relações de poder e os seus efeitos, principalmente quando envolve a questão de gênero e, dessa forma, pode determinar fatores de violências físicas, psicológicas e sexuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise destaca a complexidade e profundidade das violências sofridas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal. Desde a sua criação, a mulher foi culturalmente condicionada a ser vista como inferior e culpada pelas tragédias humanas, especialmente dentro de uma perspectiva cristã. Esse estigma perpetuado ao longo dos séculos resulta em uma série de violências físicas, psicológicas e sexuais que impactam profundamente a vida das mulheres, sobretudo das negras, indígenas e de outras minorias étnicas e sociais.

Os estudos de autoras como Lugones, Hooks, Davis, Akotirene e González fornecem uma base teórica sólida para entender a interseccionalidade das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade. Essas opressões são fundamentais para compreender como o patriarcado se manifesta de maneiras variadas e insidiosas. A marginalização histórica e contínua das mulheres não brancas revela um padrão sistemático de violência que é necessário reconhecer e combater.

O feminismo, embora tenha conquistado importantes avanços, ainda enfrenta desafios significativos. A luta por igualdade não pode ser desvinculada das experiências específicas de mulheres marginalizadas, que muitas vezes são esquecidas pelo movimento feminista hegemônico. O reconhecimento da diversidade das experiências femininas é crucial para uma abordagem mais inclusiva e eficaz na luta pela igualdade de gênero.



As questões levantadas ao longo deste artigo também destacam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que protejam e promovam os direitos das mulheres. A implementação de medidas de segurança, acolhimento e transformação social é fundamental para combater as violências de gênero de maneira abrangente. Além disso, é essencial promover uma mudança cultural que desafie e desmonte as estruturas patriarcais enraizadas na sociedade.

Por fim, a discussão sobre o papel do patriarcado e suas implicações no controle dos corpos femininos nos leva a refletir sobre a importância de uma resistência contínua e organizada. A luta pela descolonização e pela emancipação das mulheres não brancas deve ser uma prioridade, visando uma sociedade mais justa e igualitária. A conscientização e o engajamento de todos são essenciais para transformar as relações sociais, econômicas e culturais, garantindo um futuro livre de violência e opressão para todas as mulheres.

4. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro, Zaar, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Trad. Angela Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LIMA, Claudia Araújo de. **O setor saúde abre suas frentes para o enfrentamento a violência e exploração sexual comercial sofrida por crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, OIT, 2005.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (p. 52-83).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998